

Roriz diz que reajuste fiscal prejudica DF

O governador Joaquim Roriz reuniu-se ontem com a bancada do DF na Câmara dos Deputados para traçar uma estratégia conjunta contra o projeto de reajuste fiscal do Governo, que pretende alterar o artigo 21 da Constituição, tirando da área federal a responsabilidade sobre a manutenção das polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do DF. O governador considerou a proposta prejudicial, pois "a segurança e o bem-estar da população de Brasília interessam a todo o País". Ficou decidido que os parlamentares conversarão com os ministros Marcílio Marques Moreira e Jorge Borhaussen para convencerem o Governo a desistir da mudança.

"Não vamos concordar com isto de forma alguma", disse Roriz, "e a nossa bancada vai lutar contra esta idéia". Segundo o governador, "a segurança de Brasília interessa não só à cidade, pois é preciso lembrar que todos os parlamentares moram e têm filhos aqui. O Poder Executivo tem todos os seus membros em Brasília, e como poderá governar este País sem segurança? O Corpo Diplomático, com representantes do mundo inteiro, também está estabelecido aqui. Qual será a imagem do Brasil perante o mundo se a sua capital não estiver protegida?", questionou o governador.

O senador Valmir Campelo (PTB) esclareceu que haverá uma "ação conjunta" da bancada do governo na Câmara dos Deputados para não permitir a alteração do artigo 21 da Carta Magna. Segundo Campelo, "Brasília é a capital de todos os brasileiros, e por isto, deve estar bem segura".

Fardo — A deputada Eurides Brito, líder do PTR na Câmara Federal, informou que a ação da bancada se dará em três sentidos: "Um trabalho árduo junto à Comissão Especial da Câmara que tratará da questão, um trabalho

de convencimento de todos os parlamentares e gestões junto à área Federal". Segundo a deputada, a bancada do DF vai fazer uma "verdadeira marcação corpo-a-corpo sobre os parlamentares, pois 50 por cento de todos os deputados e senadores da República têm filhos matriculados nas escolas de Brasília". Eurides Brito ressaltou que "Brasília não pode ser tratada como um fardo e sim como uma fonte de receitas para o País, pois a União arrecada 2 bilhões de dólares em impostos por ano no Distrito Federal e só repassa 50 milhões".

Por isto, a deputada informou que as gestões dos parlamentares do DF junto ao Governo Federal devem incluir um pedido de inclusão de Brasília no Fundo de Participação dos Municípios. "Nós temos várias cidades-satélites com toda estrutura de municípios. Por que, então, não recebemos recursos também? Eurides Brito disse que a participação de Brasília nos fundos distribuídos aos Estados pela União é insuficiente. A deputada ressaltou que o empenho do governador Roriz em resolver o problema da segurança "transcende a sua gestão, e, por isto, todos devem colaborar, inclusive os que são contra o governo".

O governador Joaquim Roriz destacou que o momento pede "a união de toda a sociedade, inclusive para defender as áreas de Educação e Saúde". Segundo Roriz, "Brasília precisa de tranquilidade" para que o Brasil inteiro possa ser governado. Este aspecto foi também lembrado pelo deputado Osório Adriano (PFL), para quem "não é justo que só os brasilienses paguem pela segurança dos que dirigem o Brasil". Segundo o deputado, "neste momento o Distrito Federal deve se valer da representação política para defender seus interesses", e,

por isto, o trabalho na Câmara dos Deputados será intenso.

Hóspede — A questão das verbas para Educação e Saúde foi lembrada pelo deputado Benedito Domingos, presidente nacional do PTR, que tem uma emenda à Constituição pedindo mais recursos nestes setores para o DF. Benedito Domingos não aceita que a área da segurança seja prejudicada, e faz uma comparação: "Um pai rico não pode se hospedar de graça na casa de um filho pobre. Se a União não bancar as despesas, vamos acabar ficando todos morando na pobreza". O deputado ressaltou não ser contra a reforma fiscal como um todo, mas disse que é preciso defender o "direito do povo de viver bem".

Valmir Campelo lembrou que a polêmica sobre o envio de recursos para Brasília teve início em 1956, quando o presidente Juscelino Kubitschek abriu crédito suplementar para a construção da nova capital. "De lá para cá, tentou-se de todas as formas depreciar Brasília e reverter o processo de mudança. Todos os presidentes, entretanto, perceberam que a cidade já garantia a segurança necessária para os poderes constituídos e é isso que hoje tentamos preservar. Essa questão transcende qualquer análise da tecnocracia financeira".

Atualmente o Orçamento Geral da União (OGU) prevê recursos da ordem de Cr\$ 42 bilhões para custeio dos serviços de Segurança Pública. Além disso, estão orçados Cr\$ 493,8 bilhões para pagamento de pessoal, distribuídos da seguinte forma: Cr\$ 204,9 bilhões para pessoal da Polícia Civil; Cr\$ 203 bilhões para a Polícia Militar; Cr\$ 85,4 bilhões para o Corpo de Bombeiros; e Cr\$ 0,5 bilhão para a Fundação Nacional de Amparo ao Trabalhador Preso.

JUNIOR BARON



A bancada federal do DF traça estratégias para evitar cortes nos gastos com Segurança Pública

Governo teme fim do repasse da União

O governador Joaquim Roriz afirmou ontem, durante reunião com os presidentes da Fibra, Antônio Fábio Ribeiro, da Federação do Comércio, Newton Rossi, e da Associação Comercial, Josezito Andrade, que está preocupado com o projeto da reforma fiscal encaminhado pelo Governo Federal ao Congresso Nacional. Roriz teme, especificamente, o final da obrigatoriedade, por parte da União, de bancar o setor de segurança pública — Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Polícia Civil.

De acordo com o secretário de Fazenda e Planejamento, Ever-

rardo Maciel, a eliminação desse repasse poderá trazer um "colapso" para Brasília. "Dois terços do gasto público no Distrito Federal são financiados com transferências federais", explica. "Se essas transferências forem canceladas, vamos viver como? Por conta de recursos próprios?".

Everardo Maciel classifica o projeto de reforma fiscal como "matéria conflituosa" e que certamente terá sérias dificuldades pela frente até ser aprovado. É necessário quorum de três quintos dos parlamentares, nas duas casas, em dois turnos de votação.

Desta forma, a ação da bancada do DF no Congresso deve, a princípio, concentrar-se no trabalho de conscientização das dificuldades e características relativas à Capital da República. Depois, numa segunda etapa, seria proposta a criação de um fundo especial para o DF.

Para o governador Joaquim Roriz é preciso salientar, neste instante, o fato de Brasília ser uma cidade atípica, pois abriga os Três Poderes e as embaixadas. O sentimento predominante é o de que Brasília não é problema dos brasilienses, mas de todos os brasileiros, pois é a capital do País.